



Laércio Eduardo de Araújo Coronel da Reserva do Exército do Brasil; investigador visitante na Universidade Autónoma de Lisboa.

A COOPERAÇÃO DE DEFESA NA CPLP¹

19 abril 2026

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) dispõe da arquitetura e dos instrumentos de cooperação em Defesa, mas ainda não consolidou um horizonte político-estratégico e uma linguagem comum que lhe permita hierarquizar prioridades, compatibilizar perceções de ameaça e estruturar uma agenda cooperativa mais substantiva. Portugal e Brasil são atores incontornáveis neste setor, com características, oportunidades e desafios distintos.

DVinte e cinco anos depois do arranque da cooperação de defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a questão central já não é a criação de novos mecanismos, mas a capacidade de transformar a arquitetura existente em utilidade estratégica. Portugal assegura continuidade institucional; o Brasil continua decisivo, embora com protagonismo mais intermitente.

O artigo recoloca uma pergunta central: até que ponto a afinidade histórica, linguística e diplomática entre os países de língua portuguesa pode ser convertida em capacidade estratégica cooperativa no domínio da defesa? Esta questão aponta para a necessidade de revisitar o passado, refletir sobre o presente com olhar para o futuro da cooperação bi-multilateral entre os Estados-membros.

A CPLP foi criada em Lisboa, em 17 de julho de 1996, como organização vocacionada para concertação político-diplomática e cooperação entre os seus membros (CPLP, 1996). A área da defesa não estava no núcleo originário do proje-

A CPLP dispõe de instrumentos, mas ainda não consolidou uma visão comum suficientemente nítida sobre o que pretende fazer com essa cooperação de defesa nos próximos anos. A arquitetura existe; o horizonte político-estratégico permanece incompleto.

to, mas ganhou forma institucional logo nos anos seguintes. A primeira reunião dos Ministros da Defesa da CPLP ocorreu em 20 de julho de 1998, e o principal marco jurídico desta vertente continua a ser o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, assinado na Cidade da Praia em 15 de setembro de 2006 (CPLP, 2006). O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD)

está sediado em Lisboa, enquanto o Centro de Análise Estratégica da CPLP funciona em Maputo, evidenciando que já existe uma base institucional relevante e distribuída (Defesa CPLP, 2026b).

O problema, portanto, não é a inexistência de cooperação. Ao longo de um quarto de século foram criados órgãos, realizadas reuniões ministeriais, promovidos exercícios, ativados fóruns setoriais e acumulada experiência técnico-militar. O problema central é outro: a distância entre construção institucional e direção estratégica. A CPLP dispõe de instrumentos, mas ainda não consolidou uma visão comum suficientemente nítida sobre o que pretende fazer com essa cooperação de defesa nos próximos anos. A arquitetura existe; o horizonte político-estratégico permanece incompleto.

O papel de Portugal e do Brasil

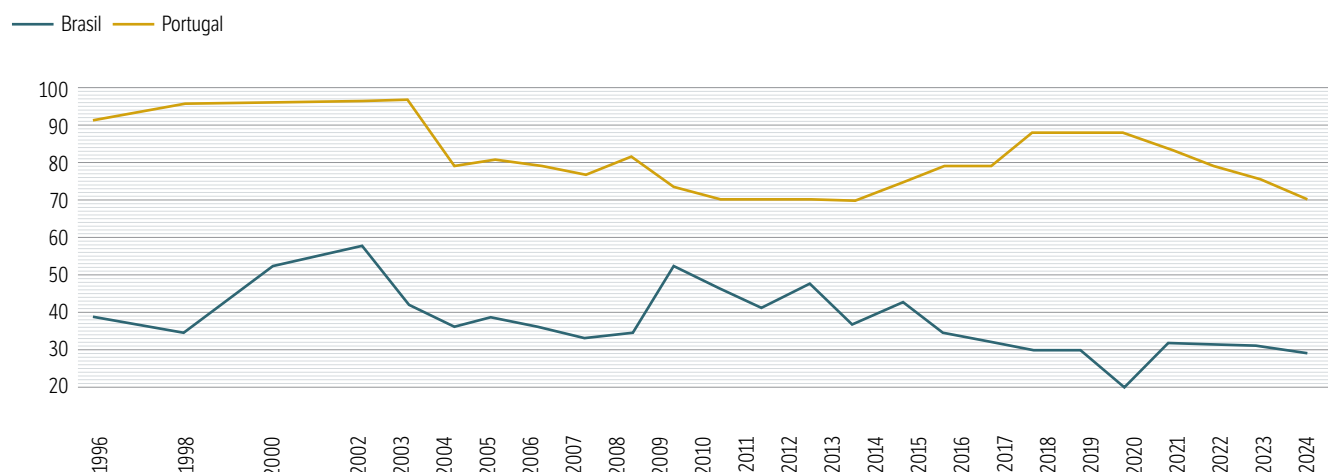
Neste percurso, Portugal aparece como ator de continuidade. Foi decisivo na fase inicial, acolheu a primeira consolidação multilateral da área, mantém em Lisboa o SPAD e preserva, na sua política de coo-

FIGURA 1 - ESTABILIDADE POLÍTICA: BRASIL E PORTUGAL, 1996-2024

Fonte: Elaboração própria a partir de TheGlobalEconomy.com (2026a; 2026b), com base nos *Worldwide Governance Indicators* do Banco Mundial.

Brasil: média -0,25; máximo 0,40 (2000); mínimo -0,72 (2019); mais recente -0,52 (2024).

Portugal: média 1,00; máximo 1,44 (2002); mínimo 0,54 (2024); mais recente 0,54 (2024).



peração no domínio da defesa, objetivos explícitos de paz e segurança internacionais, reforma do setor de segurança, estreitamento das relações com parceiros e reforço da visibilidade externa do país (PORTUGAL, 2026).

Neste enquadramento, ressalta a importância de analisar o papel de Portugal e do Brasil na cooperação de defesa da CPLP, bem como a necessidade de refletir sobre o futuro dessa cooperação no quadro da comunidade lusófona. Essa leitura permite sustentar que Portugal ocupa uma posição de continuidade institucional e de articulação entre escalas estratégicas distintas, nomeadamente entre o espaço euro-atlântico e o espaço lusófono.

O Brasil aparece igualmente como ator incontornável na reflexão sobre os 25 anos de cooperação de defesa na CPLP e, sobretudo, em qualquer discussão séria sobre os rumos futuros dessa agenda. Do ponto de vista analítico, contudo, o peso estratégico brasileiro nem sempre se converte em liderança contínua e estruturante no interior da Comunidade. Analiticamente, esse protagonismo intermitente pode ser associado à instabilidade política interna, na medida em que compromete a continuidade estratégica e reduz a previsibilidade da política externa brasileira (V-Dem Institute, 2026; Cadier, 2024).

Esse juízo não deve ser lido como impressão subjetiva, mas como inferência sustentada por evidências. Fontes recentes de organismos internacionais mostram que, embora a economia brasileira tenha mantido resiliência, o país continua a operar sob restrições que limitam a previsibilidade estratégica de médio prazo. O Fundo Monetário Internacional projeta moderação do crescimento em 2025, associando esse movimento ao aperto monetário, à redução do impulso fiscal e à incerteza global mais elevada (FMI, 2025). Na mesma linha, o Banco Mundial assinala que a continuidade da consolidação fiscal é condição relevante para a sustentabilidade da dívida e para a sustentação do crescimento no médio prazo (Banco Mundial, 2025). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), por sua vez, destaca que juros elevados e incerteza acrescida tendem a enfraquecer o investimento privado, ao mesmo tempo em que pressões de despesa dificultam o cumprimento das metas fiscais (OCDE,

2025). Pode inferir-se que o Brasil preserva massa crítica para exercer protagonismo na CPLP, mas a combinação entre instabilidade económica, restrições fiscais e oscilação de prioridades governamentais dificulta a continuidade estratégica necessária para uma liderança externa mais regular e estruturante. A literatura sobre política externa também sugere que contextos de polarização e alternância aguda de orientação tendem a aumentar a volatilidade da ação internacional do Estado, subordinando mais intensamente a política externa a incentivos domésticos imediatos (Cadier, 2024).

... o Brasil preserva massa crítica para exercer protagonismo na CPLP, mas a combinação entre instabilidade económica, restrições fiscais e oscilação de prioridades governamentais dificulta a continuidade estratégica necessária para uma liderança externa mais regular e estruturante.

A Figura 1 compara Brasil e Portugal no indicador de estabilidade política do Banco Mundial entre 1996 e 2024. Quanto mais alto o valor, melhor a percepção relativa de estabilidade política, o que tem variado de acordo com períodos específicos da história e da economia dos dois países.

Para a CPLP, a consequência dessa dinâmica é clara. Liderança em cooperação de defesa exige continuidade, priorização e previsibilidade. Não basta ter capacidade potencial; é preciso ter persistência política. Enquanto a agenda externa brasileira oscilar excessivamente em função da polarização doméstica e de mudanças abruptas de orientação governamental, o protagonismo do país na Comunidade tenderá a ser mais retórico do que estrutural.

Brasil e Portugal não operam necessariamente com os mesmos referenciais conceituais no domínio da defesa, da segurança e da estratégia. Por outro lado,

o Atlântico não pode ser lido de forma homogênea, uma vez que persistem diferenças históricas, económicas, geopolíticas e operacionais entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Além disso, ameaças centrais para muitos atores euro-atlânticos, como a pirataria e o terrorismo, não coincidem integralmente com as prioridades de vários países do Sul, mais atentos, por exemplo, à exploração de recursos, aos ilícitos transnacionais, às infraestruturas críticas e às assimetrias de desenvolvimento. Contudo, a língua portuguesa constitui um fator de aproximação entre os países da CPLP e pode representar uma mais-valia do ponto de vista operacional e institucional na cooperação em defesa.

Em termos analíticos, esses elementos permitem sustentar que a CPLP ainda carece de maior convergência epistemológica no domínio da defesa. Sem uma linguagem estratégica minimamente comum, torna-se mais difícil hierarquizar prioridades, compatibilizar percepções de ameaça e estruturar uma agenda cooperativa mais substantiva. Do mesmo modo, pode argumentar-se que a CPLP tem potencial para se afirmar com maior nitidez como espaço de articulação de uma perspectiva do Sul, sem rivalizar com outros arranjos, mas também sem reproduzir automaticamente agendas formuladas a partir de outras escalas estratégicas.

Nesse quadro, ganha força a ideia de que a língua portuguesa permanece como um dos ativos estratégicos mais subaproveitados da CPLP. Embora não produza, por si só, uma política de defesa, ela amplia de forma concreta a capacidade institucional de cooperação, ao facilitar processos de formação, ensino, elaboração doutrinária, circulação de quadros, construção de confiança e partilha de experiências. Ainda assim, essa vantagem comparativa continua a ser mobilizada mais no plano simbólico-identitário do que como recurso estratégico plenamente incorporado ao aprofundamento da cooperação em defesa.

Conclusões

Concluindo, os primeiros vinte e cinco anos da cooperação de defesa na CPLP produziram uma base institucional respeitável, mas ainda insuficiente. Portugal foi central na fundação, estabilização e continuidade do processo; o Brasil per-



manece imprescindível para qualquer salto qualitativo. O desafio do próximo ciclo não é celebrar a arquitetura existente, mas dar-lhe direção.

Três movimentos parecem indispensáveis: formular uma estratégia de cooperação de defesa da CPLP; rever o Protocolo de 2006, que continua válido, mas já não espelha plenamente a evolução posterior da arquitetura institucional; e adensar a cooperação em áreas concretas, como interoperabilidade funcional, resposta a catástrofes, saúde militar, segurança marítima, capacitação e economia de defesa. A CPLP dificilmente se tornará uma aliança militar clássica, nem essa parece ser a sua vocação. A sua força está mais no plano do soft power estratégico, da concertação política e da construção gradual de confiança.

Sem continuidade estratégica por parte dos seus principais atores, sobretudo Brasil e Portugal, a CPLP tenderá a conservar relevância simbólica, mas dificilmente alcançará maior densidade político-estratégica. Com maior clareza conceptual, revisão institucional e compromisso político sustentado, poderá afirmar-se como instrumento efetivo de cooperação de defesa no espaço lusófono. I

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.4>

Nota

¹ O artigo tem por base os debates realizados na conferência internacional promovida pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em 17 de março de 2026, sobre os 25 anos de cooperação de defesa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que reuniu como oradores o capitão-de-mar-e-guerra (doutor) André Panno Beirão, da Escola de Guerra Naval do Brasil, e o professor doutor Luís Manuel Brás Bernardino, da UAL, com moderação do professor doutor Luis Tomé, diretor do OBSERVARE-UAL.

Referências

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás; AZEVEDO, Francisco Duarte (2016). Uma nova visão geoestratégica na Comunidade de Países de Língua Portuguesa: a identidade da CPLP no domínio da defesa. *Proellum*, vol. 7, n.º10, p. 21-42.
- CADIER, David (2024). Foreign Policy as the Continuation of Domestic Politics by Other Means? *Foreign Policy Analysis*, 20(1). Disponível em <https://academic.oup.com/fpa/article/20/1/orad035/7511954>
- CPLP (1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa.
- CPLP (2000). Ata da 1.ª Reunião Plenária do SPAD. Disponível em https://defesa.cplp.org/media/xeslwsa1/1_reuniao_spad_ata.pdf
- CPLP (2006). Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa. Cidade da Praia.
- DEFESA CPLP (2026a). Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD). Disponível em: <https://defesa.cplp.org/contactos/>
- DEFESA CPLP (2026b). Centro de Análise Estratégica da CPLP. Disponível em: <https://caecplp.co.mz/about-us/>
- FALEIRO, Audo Araújo (2025). Lula 3.0: foreign policy reconstruction and Brazil's return to the world stage. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 68(1).
- FMI (2025). Brazil: 2025 Article IV Consultation - Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Brazil. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/cr/issues/2025/07/16/brazil-2025-article-iv-consultation-press-release-staff-report-and-statement-by-the-568678>
- BANCO MUNDIAL (2025). Dois por um: políticas para atingir sustentabilidade fiscal e ambiental no Brasil. Grupo Banco Mundial, Washington, DC. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099060925140039633>
- OCDE (2025). OECD Economic Surveys: Brazil 2025. Publicações OCDE, Paris. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-surveys-brazil_19990820.html
- PORTUGAL. Ministério da Defesa Nacional de Portugal (2026). Cooperação no Domínio da Defesa. Atualizado em 8 jan. 2026. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cdd>
- THEGLOBALECONOMY.COM (2026a). Brazil: Political stability - data, chart. Baseado em dados do Banco Mundial. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/Brazil/wb_political_stability/
- THEGLOBALECONOMY.COM (2026b). Portugal: Political stability - data, chart. Baseado em dados do Banco Mundial. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/Portugal/wb_political_stability/
- UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA (2026). 25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP: O Papel do Brasil e de Portugal. Conferência Internacional, 17 março 2026. Disponível em: <https://autonoma.pt/conferencia-internacional-25-anos-de-cooperacao-de-defesa-na-cplp-o-papel-do-brasil-e-de-portugal/>
- V-DEM INSTITUTE (2026). *Democracy Report 2026*. Universidade de Gotemburgo.